

UNIVERSIDADE EM TEMPOS DE PRECARIZAÇÃO E INCERTEZAS

José Dias Sobrinho¹

Observação preliminar: Este texto é composto de partes de outros que escrevi ou proferi em palestras e aulas com poucas modificações. Nova é a estrutura do texto. Não é, portanto, um texto original, mas representa bem o que pensei e penso sobre o assunto.

Em tempos de crise global, a educação se torna ainda mais fundamental e imprescindível. Isso significa que toda crise esconde, no fundo, bem no fundo, uma ponta de esperança. A educação só é possível porque existe a esperança. Todo processo educativo carrega uma chama de esperança de dias melhores, seja para os indivíduos, seja para a sociedade. A esperança significa crença e expectativas na potencialidade de transcendência da situação histórica de cada ser humano e do conjunto da humanidade. Está vinculada a aspectos positivos a se concretizarem mais adiante, intimamente associada às necessidades concretas e aos objetivos que se pretende alcançar. Isto também vale para a educação.

A educação é o processo de formação humana pelo qual o indivíduo se obriga a superar algumas de suas imperfeições existenciais e sociais e visa transformar-se em um cidadão mais consistentemente equipado para a vida na sociedade. É um bem público, então, deve ser de qualidade para todos. É um dever cívico, base da cidadania sempre renovada. A educação é, pois, essencial, insubstituível e absolutamente pública. Sendo essencialmente pública, deve ser de qualidade para todos. A vida social e econômica demanda uma ampla formação de cidadãos-profissionais técnica e intelectualmente competentes e éticos.

A esperança significa crença, sonhos e expectativas na potencialidade de transcendência da situação histórica de cada ser humano e do conjunto da humanidade. Alimentada pela esperança, a educação é um instrumento que pode conferir substância aos sonhos, dar sentido ao princípio da libertação humana, instituir o homem em sua busca natural de superação das indigências existenciais e sociais e dos anseios de ampliação da liberdade. Alicerça a formação moral e o desenvolvimento intelectual e social. Fornece as bases cognitivas, ético-morais, políticas e estéticas para a inserção e a participação consciente do indivíduo numa comunidade de comunicação e ação, numa cultura de tradições, disputas e consolidação de valores que identificam e constituem uma determinada formação societária. Enfim, ainda que jamais de modo plenamente satisfatório, pela educação o homem vem se capacitando a instituir o conhecimento e os saberes produzidos no processo civilizatório de superação da visão mágica da vida.

A educação é o processo de formação humana pelo qual o indivíduo se transforma em um cidadão mais equipado e mais consistentemente formado para a vida na sociedade. O outro é essencial para a existência de cada ser humano em particular. É na relação com a alteridade que se molda a subjetividade. O ser humano é por natureza gregário. A

¹ Doutor em Educação, UNICAMP

produção de sua existência só pode ocorrer numa comunidade humana, com todos os seus problemas e contradições, e melhor realizada será quanto mais efetiva e solidária for sua inserção na sociedade. A formação de um indivíduo constitui-se também em uma ininterrupta ação sobre a realidade. Toda transformação humana é inseparavelmente transformação da vida em geral. A aceitação dessa ideia implica no reconhecimento da exigência da solidariedade, isto é, da responsabilidade compartilhada na produção do bem comum e de expansão da obra sempre inacabada de humanização em contraposição à barbárie.

A esperança carrega uma tensão entre a carência e a incerteza de solução. Sem os sonhos de desenvolvimento da civilização segundo os mais perenes valores humanos é praticamente impossível assegurar horizontes futuros mais favoráveis à evolução de sociedades emancipadas.

A educação assenta-se sobre um princípio fundamental: ela é essencial e, portanto, insubstituível. Não pode ser elidida, nem negligenciada ou substituída por outra coisa. É essencial e insubstituível como o ar puro, a água limpa, a ética, a moral, a alimentação sadia, a saúde, a moradia, a segurança, o trabalho decente e tudo o mais que é básico e imprescindível para uma vida humana digna e segura.

A violação de um direito humano, atingindo um ser humano em particular ou a amplas formações sociais, em última instância, empobrece a comunidade humana universal. É uma violação dos princípios básicos de toda a humanidade. Optar pela educação de qualidade significa escolher a civilização. Sonegá-la é optar pela barbárie e obstar a civilização.

Exigir um direito fundamental tem como contrapartida o dever de realizá-lo. A vida é recebida como um direito essencial, porém, inacabada e imperfeita. E por ser imperfeita, requer a atuação incessante da educação.

A produção da vida não se restringe aos fenômenos físicos e materiais da vida. Bauman (2013, p. 27) alerta: “O Homo Sapiens destaca-se do resto da criação animal por ser indefinido e indeterminado, e, portanto, condenado à transcendência, a desafiar o status quo, a chegar ‘acima’ e ‘além’”. Estamos condenados a assegurar nossa vida, pois, como lembra Gabriel García Márquez, “Os seres humanos não nascem de uma vez por todas no dia em que suas mães os dão à luz, senão que a vida os obriga a dar à luz a si mesmos”

A educação é um bem público que existe como imperativo moral. Esse imperativo moral afirma que a dignidade humana deve ter sempre prioridade frente aos interesses individualistas. Que o bem comum prevalece sobre os interesses egoístas. A dignidade humana concebe o outro, assim também a humanidade toda, como um fim, não como meio para satisfações particulares. Sem a percepção do outro, um indivíduo não tem como se reconhecer. O ser humano é, por natureza, social. Não se pode separar o bem-estar individual do bem-estar da sociedade, pois ambos são interativos e coessenciais. Essa aliança relacional primária adquire, atualmente, novos contornos, porquanto vive-se hoje uma grave crise do conceito de comunidade.

A educação, sozinha, não tem a capacidade de gerar um novo tipo de humanidade. Mas sem ela, não haverá uma humanidade mais solidária e bem informada. É nosso inacabamento que nos oprime, mas também nos obriga a ir um pouco para além da finitude. Fernando Pessoa (Livro do Desassossego, 1999, p. 276) diz magistralmente: “O

perfeito é o desumano, porque o humano é imperfeito”. Ninguém escapa ao mundo das contradições e paradoxos humanos. Mesmo quando a vida das pessoas é animada pela esperança e pelos ideais de transcendência humana, ela está irremediável e permanentemente marcada pelas contingências da miséria, da opressão, das injustiças sociais e das ameaças de novos tipos de barbárie. Todos estão obrigados a produzir dignamente suas vidas, mas nem todos possuem as condições mais apropriadas para essa tarefa humana. A maioria da população mundial não as tem. Resultado: fome, doenças, ódio. Como se o progresso devesse ser naturalizado globalmente, sobre essa barbárie.

Mas há um outro tipo de barbárie que grassa insidiosamente no cotidiano das pessoas, corroendo a convivência digna entre os indivíduos, a solidariedade e o princípio da igualdade. É a nossa barbárie de todos os dias, nas famílias, nas comunidades e na sociedade em geral.

Fomenta cada vez mais a concentração de rendas, as divisões entre ricos e pobres, a brutal desigualdade que viola direitos e rompe as escassas possibilidades de harmonia na sociedade. São barbarias vistas como naturais, tão frequentes são elas. No neoliberalismo e por ele, violências e inseguranças estão irremediavelmente impressas na alma das sociedades e das pessoas. Já arraigadas tão naturalmente à vida de cada dia que pouco espanto causa às pessoas a prevalência de preconceitos, assimetrias, desajustes, autoritarismos, opressões, nefandos abismos sociais. Como se tudo devesse ser assim mesmo.

Não há possibilidade de se construir um futuro a médio e a longo prazo se a educação, a formação, o conhecimento e, especialmente, o complexo ciência-tecnologia-inovação forem exclusivamente um mecanismo para as empresas exorbitarem seus ganhos financeiros, eximindo-se de quaisquer compromissos com o desenvolvimento sustentável da vida no planeta que a todos cumpre cuidar. Deveres e direitos valem para as instâncias privadas e igualmente para as esferas públicas da vida. A realização pessoal e a criação de adequadas e sustentáveis condições do bem-viver coletivo é um direito e, correlativamente, um dever de cada um e de todos.

A comunidade estudantil se tornou mais complexa e desigual. Nos últimos anos, as escolas passaram a acolher, mais intensamente, as contradições da diversidade de valores e dos conflitantes interesses de distintos grupos sociais das desigualdades de capital cultural familiar, das dificuldades de aprendizagem, enfim, problemas e confrontos que são comuns às sociedades desiguais atualmente potencializados e tornados mais complexos. Novos desafios, então, se lhes apresentam: “administrar” os conflitos de origem social, equalizar as defasagens entre estudantes de diferentes origens familiares e portadores de níveis desiguais de capital cultural, vale dizer: procurar tornar menos graves os problemas que a sociedade desigual e competitiva criou. Além disso, essa sociedade exige das escolas eficiência nos processos, eficácia nos resultados, produtividade, performance, ou seja, para usar uma palavra da moda, “qualidade”.

Indicar esse cenário de mudanças não significa, em absoluto, renegar a democratização do acesso. Ao contrário, é reconhecer que as novas realidades alteram radicalmente as relações de força na educação e tornam mais complexas, mas também muito mais amplas as atividades formativas das instituições escolares, em geral, e do magistério, em especial. Também é pertinente perguntar se as instituições educativas estão preparadas para

corresponder a essa realidade complexa feita de demandas contraditórias e muitas vezes conflitantes. O mundo mudou e as instituições educativas devem ter consciência de seus papéis essenciais nessa nova conjuntura em acelerado e celerado movimento e de múltiplos conflitos de valores.

O que é de ressaltar-se com toda a convicção é que a educação, sendo um direito humano essencial, é insubstituível e como tal deve ser provida com qualidade a todos os jovens. Seu papel é essencial para a formação de cidadãos e profissionais cultos, responsáveis e compromissados com a construção de uma sociedade igualitária, economicamente forte, socialmente justa e politicamente democrática. Tal sociedade se constrói com valores democráticos e com ciência e suas práxis. Mas valores, ciência e práxis devem ser submetidos à crítica rigorosa para se evitar riscos de eventuais possessões monopolistas por parte de grupos que imponham seus interesses privados sobre os da coletividade. Indicar esse cenário de mudanças não significa, em absoluto, renegar a democratização do acesso. Como todo bem público, a educação há de ser o quanto possível de qualidade, não apenas para setores sociais já privilegiados, mas para todos. A bem dizer, por uma questão de justiça e equidade, são os indivíduos mais vulneráveis e tradicionalmente desprotegidos os que mais merecem uma educação escolar de qualidade. O sistema deve ser democrático e proporcionar uma oferta de oportunidades educacionais suficientemente amplas e plurais, em consonância com as demandas prioritárias das formações sociais, da cidadania e da construção da nação. Não bastam, portanto, as possibilidades de acesso. Indivíduos e grupos socialmente vulneráveis e marginalizados ao longo da história precisam ter o necessário apoio para poderem mais dignamente se realizarem como seres humanos. Isso é importante não apenas desde um ponto de vista moral, mas também de sobrevivência nas disputas e competições da vida pública, condições o quanto possível mais igualitárias para competir com jovens de classes sociais privilegiadas e inserir-se condignamente no mundo do trabalho, nas instâncias de poder e da cidadania em geral.

O sistema econômico não pode ser o centro e a finalidade exclusiva da vida humana, não lhe cabe determinar as formas de organização social e, principalmente, nenhuma razão lhe assiste em arvorar-se a salvação da humanidade. Ao contrário, o sistema econômico universalmente prevalente, em grande escala e em boa medida, tem que ser responsabilizado pelo déficit de moralidade e pela destruição dos ideais de justiça, equidade, igualdade e solidariedade mundo afora.

A educação deve cumprir os objetivos de formação de sujeitos sociais conscientes de seus papéis na vida pública. Isso implica uma formação de cidadãos-profissionais técnica e intelectualmente competentes e éticos. Hoje, em razão da grande volatilidade dos conhecimentos e da necessidade de constante adaptação do capital e do trabalho, é necessária uma forte formação da inteligência.

Formação cidadã e formação profissional são correlativas e coessenciais nos processos de constituição de sujeitos sociais orientados pelos imperativos morais do bem comum. Os indivíduos buscam na educação os benefícios que lhes possam proporcionar bons empregos, melhores oportunidades e situações sociais, potencializar suas condições financeiras e assegurar-lhes uma vida digna e produtiva. Isso é bastante legítimo, necessário e naturalmente humano, não apenas para cada indivíduo e para seu grupo

familiar, mas também imprescindível para o fortalecimento das estruturas da nacionalidade, sempre e quando se exercitam em conformidade com as normas gerais e os valores da ética, da moral e dos processos de elevação da humanidade. Trata-se, portanto, de aprofundar a formação técnica e ético-moral de cidadãos-profissionais, isto é, equipar profissionais com amplos, apropriados e atualizados conhecimentos a sustentar o exercício da cidadania bem informado. As questões técnicas são mais susceptíveis a enquadramentos razoavelmente comuns, desde que apoiadas em conhecimentos atualizados. Restam mais complexos os entendimentos que envolvem valores e visões de mundo distintos e contraditórios das comunidades e do próprio Estado.

A educação tem a missão de formar pessoas honradas, elevadas intelectual e moralmente, cidadãos bem equipados para o exercício consciente das profissões e da cidadania. Cidadania é a inserção consciente e ativa dos indivíduos na vida da Cidade (Polis), isto é, em termos modernos, da participação política, crítica e consciente nos projetos e sonhos de consolidação da Pátria e da Humanidade. Não há possibilidade de se construir um futuro a médio e a longo prazo se a educação, a formação, o conhecimento e, especialmente, o complexo ciência-tecnologia-inovação forem exclusivamente um mecanismo para as empresas exorbitarem seus ganhos financeiros, eximindo-se de quaisquer compromissos com o desenvolvimento sustentável da vida no planeta que a todos cumpre cuidar.

Como todo bem público, a educação há de ser o quanto possível de qualidade, não apenas para setores sociais já privilegiados, mas para todos. A bem dizer, por uma questão de justiça e equidade, são os indivíduos mais vulneráveis e tradicionalmente desprotegidos os que mais merecem uma educação escolar de qualidade. O sistema deve ser democrático e proporcionar uma oferta de oportunidades educacionais suficientemente amplas e plurais, em consonância com as demandas prioritárias das formações sociais, da cidadania e da construção da nação.

Não bastam, portanto, as possibilidades de acesso. Indivíduos e grupos socialmente vulneráveis e marginalizados ao longo da história precisam ter o necessário apoio para poderem mais dignamente se realizarem como seres humanos. Isso é importante não apenas desde um ponto de vista moral, mas também de sobrevivência nas disputas e competições da vida pública, especialmente no mundo imposto pelo mercado. Precisam ter condições o quanto possível mais igualitárias para competir com jovens de classes sociais privilegiadas e inserir-se condignamente no mundo do trabalho, nas instâncias de poder e da cidadania em geral.

O sistema econômico não pode ser o centro e a finalidade exclusiva da vida humana, não lhe cabe determinar as formas de organização social e, principalmente, nenhuma razão lhe assiste em arvorar-se a salvação da humanidade. Ao contrário, o sistema econômico universalmente prevalente, em grande escala e em boa medida, tem que ser responsabilizado pelo déficit de moralidade e pela destruição dos ideais de justiça, equidade, igualdade e solidariedade mundo afora.

Formação cidadã e formação profissional são correlativas e coesenciais nos processos de constituição de sujeitos sociais orientados pelos imperativos morais do bem comum. Os indivíduos buscam na educação os benefícios que lhes possam proporcionar bons empregos, melhores oportunidades e situações sociais, potencializar suas condições

financeiras e assegurar-lhes uma vida digna e produtiva. Isso é bastante legítimo, necessário e naturalmente humano, não apenas para cada indivíduo e para seu grupo familiar, mas também imprescindível para o fortalecimento das estruturas da nacionalidade, sempre e quando se exercitam em conformidade com as normas gerais e os valores da ética, da moral e dos processos de elevação da humanidade. Trata-se, portanto, de aprofundar a formação técnica e ético-moral de cidadãos-profissionais, isto é, equipar profissionais com amplos, apropriados e atualizados conhecimentos a sustentar o exercício da cidadania bem informado.

Sem o desenvolvimento técnico-profissional, submetido à ética e à moralidade públicas, são escassas as possibilidades de existência de indivíduos plenamente realizados, de sociedades multidimensionalmente evoluídas e de um país solidamente sustentável. Obviamente, o espetacular domínio técnico-científico impulsionado pela informação, impõe a necessidade de profissionais com grande capacidade de adaptação às rápidas transformações do mundo econômico e cultural e com a mente sempre disposta à aprendizagem permanente de conhecimentos novos, inovadores e em constante movimento e volatilidade.

Numa autêntica sociedade do conhecimento, a ciência, a tecnologia, a inovação e a informação não deveriam estar somente a serviço de minorias. Alcançaria a todos. Mas a proclamada sociedade do conhecimento vigente ainda não realizou o que prometeu e o que a seu respeito se divulga com ingenuidade e otimismo. O conjunto amplo e diversificado de instrumentos e equipamentos de informação promove um rápido progresso nas esferas econômicas e financeiras das camadas ricas, geralmente, em detrimento dos valores da subjetividade e das condições básicas de vida coletiva saudável e realmente sustentável.

A universidade deve empenhar-se, de acordo com seus limites e possibilidades, ao desenvolvimento econômico, não em uma perspectiva economicista, porém como instrumento de humanização. É preciso questionar os conceitos vulgarizados de desenvolvimento e de progresso. Os critérios e indicadores econômicos não devem ser tomados como os únicos definidores do desenvolvimento ou do progresso. Desenvolvimento econômico desenraizado da complexidade das dimensões da vida humana é cego e iníquo. O desenvolvimento e o progresso são, antes de tudo, evolução de todas as dimensões do ser humano na trajetória das tarefas civilizatórias. O necessário e desejável aumento de produtividade e renovação das estruturas das dimensões materiais da sociedade há de ser fator de mais equidade e justiça social, e não de rupturas sociais. Isso impõe à práxis científica adotar “a crítica de seu autoentendimento histórico” e, “através de alterações em sua autoimagem e em sua configuração política, introduzir freios e contrapesos no ‘desgoverno’ do avanço científico-tecnológico, atualmente em desabalada e explosiva carreira” (Beck, 2011, p. 273).

Mas a universidade deve cuidar para não atentar contra sua própria natureza de instituição de formação. Se ela passa a adquirir um estatuto operacional de capacitação de competências fragmentárias e de aplicação imediatista, “o conjunto da sociedade perde seu último lugar institucional de síntese e de orientação crítica” (Freitag, 1995, p.30). Riccardo Petrella (1997, p.17) acrescenta alguns elementos: “A globalização arrasta as economias para a produção do efêmero, do volátil (por meio de uma redução em massa e

universal da durabilidade dos produtos e serviços) e do precário (empregos temporários, flexíveis, de meio expediente

Não há consensos amplos e informados sobre algumas das principais missões da universidade. Em uma visão humanística, certamente lhe cumpre cultivar os saberes, elevar a qualificação dos cidadãos que atuam nos ambientes de sua abrangência e, ainda mais complexo, fazer-se referência moral e política para as tarefas civilizatórias, acolher a pluralidade humana e atribuir significados aos conflitos e dissensos dos diferentes grupos humanos e seus diversificados projetos coletivos e existenciais. O importante não é simplesmente viver; mais importante é saber conviver com os outros e por toda a vida.

Sem o desenvolvimento técnico-profissional, submetido à ética e à moralidade públicas, são escassas as possibilidades de existência de indivíduos plenamente realizados, de sociedades multidimensionalmente evoluídas e de um país solidamente sustentável. Obviamente, o espetacular domínio técnico-científico impulsionado pela informação, impõe a necessidade de profissionais com grande capacidade de adaptação às rápidas transformações do mundo econômico e cultural e com a mente sempre disposta à aprendizagem permanente de conhecimentos novos, inovadores e em constante movimento e volatilidade.

Vivemos em uma sociedade que naturalizou a incerteza e perdeu os sentidos e as referências da vida. Mas não podemos lavar as mãos como se não tivéssemos nenhuma responsabilidade por esses descaminhos, errâncias e ofuscamento dos horizontes. A edificação da humanidade a que cada um deve comprometer-se e, em correlação dialética, isto é, a realização da humanidade em cada indivíduo requer a recuperação dos valores que dão sentido e orientação à vida pessoal e social. A promoção humana se realiza promovendo, simultaneamente, uma ampliação da consciência do homem no mundo. Tudo isso está no campo dos ideais e irrealizáveis. Mas sem ideais o homem se amesquinha e se esteriliza.

Para finalizar, um pequeno resumo

Todos os excertos deste apanhado de ideias têm uma concepção radical de educação, que eu poderia aligeirar como processo pessoal e social pelo qual conduzimos nossa jamais acabada trajetória de construção como seres humanos. O processo civilizatório é uma árdua batalha, cheia de perdas e ganhos, no sentido de que a construção do mundo humano supere a barbárie.

Quanto maior a desigualdade, maior é a dificuldade de a economia de mercado resolver problemas que ela mesma gestou e realimentou: desemprego, fome, guerras, graves conflitos entre nações, matança generalizada, degradação moral... A tecnologia, instrumento principal da economia de mercado, prometeu uma vida cada vez mais próspera, feliz e inclusiva, e realmente isso ocorreu para uma elite global, mas também ajudou a gerar uma sociedade partida, desorientada, odienta e ameaçada pelos riscos reais dos obscurantismos e da barbárie.

Vivemos em uma sociedade que naturalizou a incerteza e perdeu os sentidos e as referências da vida. Mas não podemos lavar as mãos como se não tivéssemos nenhuma

responsabilidade por esses descaminhos, errâncias e ofuscamento dos horizontes. A edificação da humanidade a que cada um deve comprometer-se e, em correlação dialética, a realização da humanidade em cada indivíduo requer a recuperação dos valores que dão sentido e orientação à vida pessoal e social. A promoção humana se realiza promovendo, simultaneamente, uma ampliação da consciência do homem no mundo.

A Humanidade não é dada de uma vez para sempre, nem se resolve idealmente em uma visão de um suposto decurso unitário e progressivo da história. Rege-se pelo princípio da historicidade. É um devir eivado de contradições, e paradoxos, avanços e recuos, sucessos e retrocessos, paz e guerra, riqueza e miséria, dignidade e sordidez, pois carrega todas as qualidades e imperfeições dos homens e mulheres que a constituem em suas vidas concretas. Humanidade e desumanidade compõem o paradoxo do humano.

Em outras palavras, trata-se da compulsão de transformar cada indivíduo em sujeito de sua própria história e em cidadão apto a se inserir construtivamente no projeto da civilização humana. Mas não se trata de pensar o projeto civilizacional num sentido progressivo de edificação cada vez mais avançada e perfeita da história humana, como a concebia a Ilustração eurocêntrica, que definia um ideal unitário de homem e, conseqüentemente, a ideia de uma única e verdadeira humanidade a ser realizada. Mais propriamente, o que hoje vivemos é uma explosão de concepções de mundo e, portanto, de ideais e ideologias, de modo que em nome de nenhuma autoridade filosófica, científica, religiosa ou de qualquer outra natureza se pode determinar qual é o homem ideal e a humanidade verdadeira.

Não há uma verdade única e incontestável. Portanto, não se pode determinar categoricamente qual o futuro a ser construído, mesmo porque o presente é caótico, socialmente esgarçado e axiologicamente deficitário. Mas o futuro tem que ser visto como possibilidade, sobretudo para nós, educadores críticos e que pretendemos construir um mundo mais justo, culto e igualitário. Não sabemos bem qual o futuro que queremos, mas temos que imaginá-lo e construí-lo melhor que o presente.

Isto significa que a esperança é uma categoria essencial da educação: o futuro não precisa repetir o presente porque sempre há a possibilidade de os sujeitos, inseridos nas formas concretas da existência cotidiana, embora não consigam fazer tudo o que desejam, certamente poderem fazer alguma coisa no sentido da transformação da sociedade.

Mas devo alertar que a esperança não deve estar animada apenas pelos sonhos e embalada só pela vontade. No contexto da educação, alimenta-se da razão e da ciência, do conhecimento e da crítica, do saber fazer e do saber o significado do fazer. Sem o querer não se impulsiona o fazer conseqüente. Não basta querer, é preciso construir sabendo o significado da construção. Não é suficiente pensar, é necessário agir conseqüentemente.

A esperança também guarda uma certa tensão, pois só espera quem continua carente e não tem certeza de que será satisfeito. De todo modo, não esquecendo nem mesmo minimizando o reconhecimento da finitude e das misérias do mundo humano, a educação é imprescindível na tarefa jamais acabada e nunca perfeita de superação das desgraças e da emancipação humana. Isso não se restringe à esfera privada e individual: educação é solidariedade, que é precisamente, como definido no Direito Romano, a responsabilidade coletiva.

O essencial do bem comum a ser concretizado são a boa coexistência humana e a vida social cimentadas na vivência da liberdade, da igualdade e da justiça. Sem isso não há qualquer possibilidade de paz e de vida decente para o presente.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt (1999). **Globalização: As Consequências Humanas**. Rio de Janeiro: Zahar.

Beck, Ulrich (2111), **Sociedade de risco**. Rumo a uma outra modernidade. 2ª edição. São Paulo.

FREITAG, Michel. (1995). FREITAG, Michel (1995). **Le naufrage de l'Université** et autres essais d'épistémologie politique. Québec: Nuit Blanche Éditeur; Paris: Éditions La Découverte

MÁRQUEZ, 'Gabriel Garcia, in SAID, Edward W. **Humanismo e crítica democrática**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALBRAITH, John Kenneth (2004). **A economia das fraudes inocentes**. Verdades para o nosso tempo. São Paulo: Companhia das Letras.

PESSOA, Fernando (1999). **Livro do Desassossego**. São Paulo: Companhia das Letras.

PETRELLA, Riccardo. **El Derecho a Soñar**. Propuestas para una sociedad más humana. Barcelona: Intermón Oxfam, 2003.

SANTOS, Milton (2.000). **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record.

SAID, Edward W. **Humanismo e crítica democrática**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.